Eduardo Marinho e a Moral dos Inocentes

A fala de Eduardo Marinho publicada no dia 29 de outubro, em resposta ao massacre do dia 28, é um documento importante da consciência política difusa que atravessa o campo popular contemporâneo. Seu enunciado mistura experiência concreta, indignação moral e lampejos de lucidez estrutural, compondo um discurso que seduz pela sinceridade e pela energia ética, mas que revela, sob exame mais rigoroso, as contradições e insuficiências de uma visão política fundada mais na catarse do que na análise. A tarefa aqui não é desqualificar um indivíduo, mas compreender a natureza do pensamento que sua fala representa, um pensamento incapaz de apreender o Estado como forma social e, portanto, condenado a oscilar entre denúncia e apelo moral, entre intuição crítica e impotência teórica.

O ponto de partida de sua fala ("o Estado não pode ser bandido") já contém a contradição que percorre todo o discurso. Há, nessa frase, uma expectativa de moralidade estatal, como se o Estado fosse uma instituição originalmente justa, corrompida por maus agentes ou por uma elite degenerada. Mas o Estado moderno, como Marx demonstrou, não é o árbitro neutro da sociedade civil, e sim a forma política da dominação de classe. O "banditismo" estatal não é acidente nem desvio, mas essência: a violência que ele exerce é a tradução institucional da violência originária do capital. O Estado é o monopólio legítimo da força que garante o monopólio ilegítimo da propriedade. Quando Marinho denuncia que o Estado "está lotado de gente doente e sádica", acerta empiricamente, mas explica o fenômeno por uma causalidade moral (a falta de formação cívica, de ética, de "humanidade") e não por uma causalidade estrutural. A brutalidade deriva da própria função que esses agentes cumprem. O treinamento é brutal porque o papel que a polícia desempenha na sociedade é o de conter, disciplinar e eliminar parcelas excedentes da população trabalhadora.

O raciocínio de Marinho desloca constantemente as causas para o terreno da consciência e da vontade. Quando pergunta "por que não cercam os morros?" ou "por que não abafam as chegadas das drogas?", pressupõe que o Estado *poderia* interromper o circuito do tráfico se quisesse, como se a conivência fosse uma questão de escolha moral. Essa formulação ignora que o tráfico, as milícias e o aparato repressivo são parte de uma mesma engrenagem de acumulação e controle social. O Estado não "tolera" o crime: ele o administra, regula e, muitas vezes, o produz, porque precisa dele como instrumento de

governo. A “guerra às drogas” é o nome ideológico de uma política de contenção territorial e de gestão da superpopulação relativa; aquela massa de trabalhadores precarizados e racializados que excede as necessidades de valorização do capital, mas cuja disciplina é vital à estabilidade da ordem. “Abafar as chegadas” seria sabotagem ao próprio sistema, que depende dessas rotas ilícitas, integradas às redes de financiamento, armas e lavagem de dinheiro que atravessam a economia formal.

Ao afirmar que “é preciso fazer espetáculo matando pobre, preto, periférico”, Marinho toca o centro do problema. A violência policial é, de fato, uma forma de espetáculo, um ritual de reafirmação da soberania e de pacificação simbólica da classe média. A morte é encenada, filmada, justificada, e reapresentada como triunfo da lei. Nisso ele revela uma compreensão intuitiva da sociedade do espetáculo descrita por Guy Debord: a dominação se torna imagem, e a imagem reforça a dominação. O massacre opera como pedagogia do medo, ajustando as sensibilidades e redefinindo o inimigo. Mas, ao reduzir o espetáculo a uma vontade sádica, Marinho perde a dimensão de que essa encenação responde a uma necessidade material. O espetáculo do extermínio legitima o reordenamento urbano, a valorização fundiária, a militarização de territórios e a reprodução do capital no espaço metropolitano. A barbárie tem método: ela é o modo contemporâneo de administração das cidades. Quando Marinho lamenta a ausência de formação moral e cívica dos policiais, confunde consequência com causa. A ausência de reflexão crítica é sua condição de funcionamento. O que o discurso de Marinho chama de “doença” é a forma psicológica adequada à função repressiva. O sadismo individual existe, mas é instrumentalizado pela estrutura. A formação humanista seria incompatível com a tarefa histórica da polícia: garantir a ordem social de uma sociedade fundada na desigualdade. A demanda por uma “nova mentalidade de segurança pública” equivale, na prática, à tentativa de humanizar o inumano, de pedir à força que sustenta a propriedade que se volte contra seu próprio fundamento. É o apelo ético no lugar da revolução material.

Em um momento, porém, Marinho enuncia uma frase que rompe a superfície: “a cabeça do crime está dentro do próprio Estado.” Sua intuição toca o ponto mais elevado de verdade. A economia política da criminalidade (as milícias, o desvio de armas, a corrupção policial, a simbiose entre mercado imobiliário e poder armado) são manifestações de uma criminalidade estruturada na legalidade. O Estado e o crime se

interpenetram nessa relação. Essa constatação, entretanto, não se converte em teoria: ela se dissolve logo depois, quando o discurso retorna ao imperativo moral ("o Estado não pode ter bandido"). O lampejo estrutural se converte em lamento. A denúncia que poderia abrir caminho para uma análise da forma política do capital é capturada pelo sentimentalismo ético. O apelo final ("é preciso criar cidadania dentro das favelas") fecha o círculo. Depois de denunciar o caráter criminoso do Estado, a solução proposta é a realização do ideal que o próprio Estado promete e nega: a cidadania. Mas a cidadania é a forma jurídica da dominação moderna, o modo pelo qual a desigualdade real se reveste de igualdade formal. A cidadania reconhece todos como sujeitos de direito, desde que aceitem as condições materiais que os fazem desiguais. Invocar a cidadania é, portanto, pedir inclusão numa ordem cujo princípio é a exclusão. O que falta nas favelas não é cidadania, mas emancipação; a abolição da forma social que produz a favela como espaço de contenção e o morador como corpo descartável. A cidadania é o horizonte político do humanismo burguês; o que se exige é outro horizonte, o da libertação humana, no sentido de Marx e Pannekoek: o poder dos produtores sobre suas próprias condições de vida.

A fala de Marinho expressa, assim, uma forma peculiar de consciência política: empiricamente sensível, moralmente indignada, mas teoricamente cega. É um discurso que percebe os efeitos, mas não as causas; que enuncia a contradição, mas não a articula; que sente a opressão, mas não compreende a totalidade que a produz. Sua força reside na sinceridade e na experiência; a vivência de um homem que passou pela rua e viu a máquina por dentro, mas sua fraqueza está em confundir o drama com o sistema. Há uma dimensão terapêutica na fala, uma catarse que tenta exorcizar a impotência coletiva através da indignação individual. O que se oferece ao público não é uma estratégia de transformação, mas uma descarga moral que confirma a sensação de que "algo está errado" sem indicar como o errado se produz. Essa forma de discurso cumpre uma função ideológica precisa no presente: serve de válvula de escape à consciência popular, permitindo-lhe reconhecer o horror sem ultrapassar o horizonte burguês. É o mesmo mecanismo que Marx identificava nas "revoltas morais" do pequeno-burguês: ele percebe a injustiça, mas teme a revolução. No contexto brasileiro, essa sensibilidade se traduz em figuras como Marinho, que fazem da crítica uma confissão pública, um ato de pureza ética diante do impuro. A política desaparece como prática coletiva e reaparece como gesto de consciência individual. É a crítica sem partido, a rebeldia sem organização, a lucidez sem teoria.

Por isso o pensamento de Marinho é, no fundo, reacionário em sua impotência. Ele denuncia a barbárie, mas reforça o mito de que ela é acidente, e não forma. Deseja um Estado moral, não o fim do Estado. Quer uma polícia humana, não o desmonte do aparato repressivo. Clama por cidadania, não por autogoverno. É a voz da revolta sem direção, a dor social traduzida em moralismo. Seu discurso conforta o espectador progressista, que pode indignar-se sem arriscar-se, pode sentir-se justo sem comprometer-se com a luta. É a ideologia da pureza num tempo de decomposição. Entretanto, é preciso reconhecer que essa consciência "capenga", é sintoma de um período histórico em que a esquerda perdeu seu horizonte revolucionário e o campo popular foi reduzido à esfera da opinião. Marinho é produto dessa desertificação política: fala o que resta da crítica quando a crítica perdeu a organização. Sua limitação é a limitação do tempo. O erro é real, mas revelador. Ele é o espelho deformado de uma sociedade em que o pensamento se fragmentou em emoções, e a razão política se converteu em retórica terapêutica.

Em última instância, a fala de Eduardo Marinho nos serve não como exemplo a seguir, mas como alerta. Ela mostra o que acontece quando a crítica social é destituída de teoria e quando a indignação substitui a análise. É um testemunho honesto de uma consciência que sente o golpe, mas não encontra o inimigo. A tarefa, para quem busca reconstruir um pensamento radical, é superar essa consciência: sair do lamento ético e retornar à totalidade material, recolocar a questão do Estado, da violência e da emancipação em seus fundamentos históricos. Só assim o escândalo pode transformar-se em ação, e a catarse, em política.

Arthur Moura